



EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: incidências no processo de formação profissional em Serviço Social

THE PRIVATIZATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: incidences in the process of professional training in Social Work

Selma Maria Silva de Oliveira Brandão¹
Zaira Sabry Azar²

RESUMO

Análise dos influxos na reconfiguração do ensino superior nas particularidades da formação acadêmica em Serviço Social no Brasil. Recupera elementos sobre as contrarreformas como potencializadoras da privatização dos serviços públicos, em especial da educação superior, cujas alterações legisladas alteram sobremaneira as relações pedagógicas, mas sobretudo a qualidade do serviço oferecido por esta categoria profissional. Apresenta perfil educacional dos cursos de Serviço Social no estado do Maranhão, evidenciando o avanço da oferta privada deste nível de educação. Considera que a privatização da formação em Serviço Social atende a estratégias econômicas e ideológicas do capital, e que o contexto pandêmico acentuou a caracterização do ensino precarizado expresso na modalidade remota

Palavras-chave: Ensino superior, privatização, Serviço Social.

ABSTRACT

Analysis of influxes in the reconfiguration of higher education in the particularities of academic training in Social Work in Brazil. It recovers elements about the counter-reforms as potentiators of the privatization of public services, especially higher education, whose legislated changes greatly alter the pedagogical relationships, but above all the quality of the service offered by this professional category. It presents the educational profile of Social Work courses in the state of Maranhão, evidencing the advance of the private offer of this level of education. It considers that the privatization of training in Social Work meets the

¹ Professora do Departamento de Serviço Social (DESES) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: selma.maria@ufma.br

² Professora do Departamento de Serviço Social (DESES) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: zaira.sabry@ufma.br

economic and ideological strategies of capital, and that the pandemic context has accentuated the characterization of precarious education expressed in the remote modality

Keywords: Higher education, privatization, Social Work..

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive uma complexa conjuntura política, econômica, social e cultural com a crise internacional do capital, a partir dos anos 1970 e os processos de contrarreformas nos países periféricos. Para isso, tem destaque o relevante papel dos organismos internacionais do capital na orientação da agenda geral.

A atual reformulação da educação superior no país evidencia, mais uma vez, a disputa entre distintos projetos de educação associados a diferentes projetos de sociedade: um que reforça o padrão de dependência econômica, tecnológica, cultural e, portanto, educacional e outro que defende um sistema nacional de educação laica, financiado, implementado e coordenado pelo Estado, com alocação de verbas exclusivamente para a educação pública, garantindo a democratização do acesso à educação pública e gratuita em todos os níveis, na certeza do papel fundamental que esta, assim concebida, possui na ruptura com o capitalismo dependente (FERNANDES, 1979).

Inaugura-se uma nova fase do capitalismo monopolista, o qual não conseguindo se recuperar da crise iniciada na década de 1970 passa a exigir uma nova reconfiguração do Estado, apresentando-se em uma perspectiva neoliberal. O neoliberalismo, como afirma Anderson (1995), “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”.

O Brasil, como economia periférica segue o receituário neoliberal imposto pelos países ricos através de organismos especialmente criados para ditar diretrizes e receituários que garantam a reprodução do capital e os privilégios das economias centrais. Com base nos receituários impostos, as contrarreformas visam desconstruir o caráter público dos serviços, incentivando/promovendo adoção de serviços privados a serem ofertados pelo mercado, na lógica do *laissez faire* tão defendida pelo liberalismo e reatualizada pelo neoliberalismo, que exige o Estado mínimo para as políticas de cunho social.

Os organismos do capital internacional se dedicaram a pensar a educação, em especial a superior, como estratégia nas dimensões econômica e ideológica. Neste sentido, as reformulações da política educacional brasileira incidem direta e profundamente no processo de formação profissional do Serviço Social, por tratar-se de uma categoria que tem como objeto a questão social, que sintetiza as contradições de classes e interesses, sendo, portanto, ineliminável no capitalismo.

Neste sentido, este trabalho constitui uma pesquisa bibliográfica para compreender como a mercantilização do ensino superior incide sobre o Serviço Social. Na sua estrutura apresenta três itens, além desta introdução e considerações finais. O primeiro trata da política neoliberal adotada pelo Estado brasileiro, na perspectiva das contrarreformas; o segundo aborda as medidas que tendenciam a mercantilização da educação superior; e o último reflete sobre a reconfiguração do ensino superior, com seu perfil privatista evidenciado. Considera-se o avanço da privatização do ensino superior no país como estratégia econômica e ideológica adotada para a mediação entre capital e trabalho.

2 NEOLIBERALISMO À MODA BRASILEIRA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

No Brasil, a política neoliberal começa a ser desenvolvida na década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello (1990- 1992), mas especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002), que investiu na privatização clássica das empresas estatais, na recuperação da economia através do controle dos juros, na consolidação do Plano Real e na retirada de direitos do funcionalismo público atacando as políticas públicas, entre outros.

A década de 1990 marca, portanto, a contradição entre o início do desenvolvimento da política neoliberal no Brasil e a luta pela efetivação da CF/88 que, apesar de traços liberais, traz em seu conteúdo importantes conquistas para a classe trabalhadora. Na área das políticas públicas e sociais na Carta Magna tem destaque a Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência). O artigo 194 prevê que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988), sendo, portanto, dever do

Estado. Daí resultam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema de Previdência Social contributivo e solidário.

Esse novo patamar de direito constitucionalmente conquistado foi frontalmente atacado a partir do projeto de reconfiguração do Estado iniciado pela política neoliberal, em especial a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, conduzido por Luiz Carlos Bresser Pereira, então Ministro da Administração e Reforma do Estado, em 1995, no governo de FHC. As conquistas nem haviam sido consolidadas começam a ser desmontadas: educação, saúde, previdência e assistência social passam a ser consideradas como mercadorias para contribuir na revitalização do capitalismo. A saúde por exemplo, atravessa um longo e penoso processo de privatização interna, com o repasse da gestão de importantes setores, como a atenção básica, para organizações sociais e/ou ONG, aprofunda-se a parceria público-privada com o repasse de verba pública para instituições privadas, em especial no atendimento de alta complexidade e por fim impulsiona-se os planos de saúde privados.

A Previdência Social, outro setor do tripé da seguridade social, passa por várias contrarreformas, desde o governo de FHC com a instituição do fator previdência, depois em 2003 no governo Lula, com o fim da paridade entre ativos e aposentados, fim da aposentadoria integral e a taxação dos aposentados e em 2012, no governo Dilma, com a criação da Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (FUNPRESP), que inaugura a aposentadoria complementar para o funcionalismo público federal, colocando os servidores que ingressaram após 2013, no teto do regime geral de previdência social. O último ato contra a Previdência Pública, dirigido pelo governo ultraneoliberal do atual mandatário, Bolsonaro, e aprovado pelo Congresso nacional, pode ser considerada ainda mais perversa para a classe trabalhadora, já que acaba com a perspectiva da previdência pública, vincula o direito à aposentadoria a regimes de capitalização, uma clara ação voltada ao setor rentista da burguesia.

Na legislação trabalhista, entre as muitas medidas que retiraram direitos dos trabalhadores e precarizaram as políticas públicas, merece destaque a aprovação da terceirização das atividades meio ainda no governo FHC, que impôs a privatização gradual das políticas públicas, com a terceirização e conseqüente precarização de vários serviços e setores. Em 2017, no governo Temer, com a aprovação da terceirização da atividade fim, do trabalho

intermitente e da contrarreforma trabalhista, praticamente põe fim à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, impondo um retrocesso de 50 anos aos trabalhadores no Brasil.

Todas essas ações, guardam vínculos com as propostas do Plano Diretor do governo FHC, e, portanto, com o projeto de contrarreforma do Estado do neoliberalismo, que intensificam a submissão da economia brasileira aos interesses do desenvolvimento capitalista internacional e às exigências dos organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Nessa direção, Estado e mercado caminharam juntos no fortalecimento do capitalismo ao longo de toda a história brasileira a partir da República.

Todos os governos, com tonalidades distintas deram continuidade ao mesmo projeto estrutural do capital. Nos governos de conciliação de classe do PT, tivemos

continuidades e discontinuidades, prevalecendo continuidades, em especial no que tange à política econômica. Porém, tais continuidades realizam-se com o diálogo e a absorção de algumas das reivindicações históricas da classe trabalhadora, em especial na área da educação, dos direitos humanos, da assistência social e do combate às opressões.

3 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE O MITO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO SEM BARREIRAS

Todas as contrarreformas contribuem para o desmonte do sentido do público, para a desvalorização dos servidores públicos, e, portanto, tem rebatimento na forma de estruturação do ensino superior no Brasil. Destaca-se que a história da educação pública superior no Brasil, em especial a partir do período da ditadura civil-militar (1964-1985), com os acordos MEC-USAID, foi direcionada pelos interesses dos organismos internacionais.

Gradativamente a educação superior pública passa a ser hegemônica pela iniciativa privada no Brasil, tendo como marco o período da ditadura militar. Como aponta Sguissard (2008), no início da ditadura militar 61,6% do ensino superior era público e 38,4% privado. Em dez anos o quadro se modifica drasticamente, passando as instituições privadas a controlarem 63,6% das matrículas, enquanto as instituições públicas ficavam com 36,4%. Em 2016 segundo os dados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP-MEC), 82,3% das matrículas em 2016 foram em instituições privadas de ensino, demonstrando a grandiosa mercadorização que a educação superior se transformou.

No Brasil, no mesmo período em que se expande o ensino público, com a ampliação do acesso de estudantes dos vários segmentos das classes subalternizadas, através da lei 12.711 de 2012, que institui as cotas sociais e raciais no ensino superior público, também se amplia o repasse de verbas públicas para a iniciativa privada, através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999 e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), 2004, considerados verdadeiros mantenedores de conglomerados empresariais da educação.

Esse processo de mercantilização da educação vem sendo marcado por diferentes imposições dos organismos internacionais, que entre suas medidas indica a redução dos gastos públicos, e também pelo Processo de Bolonha, de 1999, que insere um conjunto de novos paradigmas para o ensino superior público, como modelo pedagógico e político, impondo, entre outros elementos, a certificação em larga escala e o aligeiramento da formação profissional, tendo como modelo o Ensino à Distância (EaD). As imposições do Processo de Bolonha vão orientar o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), em especial no que se refere à retirada da obrigatoriedade da destinação de recursos públicos exclusivamente para a educação pública, ou seja, garantindo a apropriação privada do fundo público e também a contrarreforma da educação superior brasileira.

Neste contexto o conservadorismo reacionário se intensifica, e se expressa na criminalização dos movimentos sociais, professores e militantes sociais, na tentativa de eliminação do debate de gênero nos espaços públicos, na violência contra pobres, negros e negras e moradores de periferias, no assassinato de quilombolas e indígenas, em chacinas nas grandes periferias brasileiras e na intervenção federal-militar, a exemplo da ocorrida no Rio de Janeiro em 2018. Tudo isso expressa um determinado projeto do capital que tomou o Palácio do Planalto e virou governo no Brasil, com a eleição do presidente Bolsonaro (PSL) e de dezenas de governadores que apoiam sua política e com o assombroso crescimento de seu partido (FARAGE, 2019).

Nesse contexto, de desmonte das políticas sociais, cortes orçamentários e avanço do conservadorismo, todos aqueles e aquelas que se identificam enquanto segmento da classe trabalhadora são desafiados/as a decifrar a realidade a partir da categoria totalidade, em busca dos questionamentos necessários à construção de um projeto de educação classista e alternativo ao projeto hegemônico do capital. Todo o movimento político, cultural, social, econômico imposto pelo projeto neoliberal, implementado no mundo a partir da década de 1980, acentuou marcas do neoliberalismo, impondo uma sociabilidade baseada no individualismo, na competição, na destituição da perspectiva de classe, dando lugar à perspectiva da conciliação do inconciliável.

Por isso, é fundamental compreender as dimensões da ideologia burguesa, difundidas nas imposições dos organismos internacionais para a educação e suas implicações no projeto de educação no Brasil, materializados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, na contrarreforma do Ensino Médio de 2017 na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 e nos sucessivos cortes de verbas para a educação superior pública, desde 2015, ao mesmo tempo que mantém e amplia as verbas destinadas à apropriação privada do fundo público. As determinações dos Organismos Internacionais estão claramente expostas: na Carta ao Povo Brasileiro, de Lula, em 2002, na Ponte para o Futuro, do Governo Temer, em 2015 e mais recentemente no “Programa de Ajuste Justo”, do Banco Mundial, de 2017.

Nesse sentido, entre as marcas do projeto do capital, que impõem uma verdadeira contrarreforma na educação superior no país - ampliada no contexto da Pandemia Covid 19, destacamos: processo de aligeiramento da educação superior com a diminuição dos currículos de graduação, a expansão do ensino à distância (EaD); intensificação do trabalho docente e penalização do alunado a partir da implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), com graves implicações no processo de formação acadêmica; tentativa de impor a “neutralidade” aos processos educativos, retirando os conteúdos críticos, os debates sobre gênero e questão racial em uma explícita tentativa de novamente invisibilizar as relações sociais patriarcais, racistas, lgbtfóbicas e sexistas que estruturam o capitalismo no Brasil; e intensificação do adoecimento entre o corpo docente e discente, com agravamento de casos de depressão e suicídio.

4 A RECONFIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: IMPASSES E DESAFIOS

Com pouco mais de 8 décadas de existência, o Serviço Social brasileiro, na presente conjuntura encontra-se polarizado, nas palavras de Iamamoto (2014) por um duplo e contraditório movimento: o mais representativo impulsiona o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens. O 16º. CBAS, realizado entre os dias 30 de outubro e 3 de novembro do ano de 2019, em Brasília, reafirma tal perspectiva, 30 anos após o conhecido Congresso da Virada, marco emblemático do projeto Ético político profissional. Na direção contrária, verifica-se o revigoramento de uma reação (neo) conservadora na profissão, atualmente mais aberta que disfarçada, orientada por uma determinada produção pós-moderna, que nega as mais caras conquistas do avanço histórico da profissão no país, nestes 80 anos (que inclusive o diferencia no cenário internacional) qual seja: a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores e do aporte teórico metodológico da tradição marxista, no diálogo crítico com outras matrizes analíticas (IAMAMOTTO, 2014).

Neste campo de disputas de projetos profissionais e societários distintos, a categoria profissional encontra nas entidades político organizativas uma trincheira de luta em defesa do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, balizado pelo Código de ética profissional de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Na duríssima conjuntura dos anos 1990 no mundo e no país, a categoria profissional, em que pese todos os ataques e retrocessos, foi capaz de construir uma das mais avançadas legislações profissionais do mundo, como um ato de resistência às orientações dominantes dos organismos internacionais, em franca atuação no país a partir de então. Sob essa orientação, os currículos mínimos dos Cursos superiores tiveram que se adequar ao modelo de Diretrizes Curriculares pautadas pela lógica de mercadorização da educação superior no país, sancionada pela LDB, também de 1996, o que resultou, no caso particular da formação acadêmico profissional em Serviço Social, na expansão acelerada da oferta de vagas, principalmente na modalidade à distância, bem como na proliferação de faculdades privadas, muitas das quais

ofertando formação de baixa qualidade. Em decorrência desse processo, chama atenção o aumento exponencial do número de registros de assistentes sociais a cada ano. Segundo dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Brasil tem aproximadamente 190 mil profissionais, com registro nos 27 Conselhos Regionais.

Compreende-se a formação do assistente social como um amplo processo determinado socialmente, de um lado pelas relações mais gerais de uma dada formação social e, de outro, pela universidade enquanto instituição responsável pela formação básica do profissional, que inclui na sua estrutura o ensino acadêmico, da graduação e pós-graduação, a prática profissional e organizativa da categoria e a pesquisa como importante instrumento na definição e redefinição do projeto de formação profissional.

A partir dos anos 1990, seguindo uma tendência nacional, impulsionada pela contrarreforma do estado e da educação superior – houve uma proliferação de IES, no Maranhão. No ano 2001, segundo dados do MEC, funcionava no Maranhão, um total de 11 instituições de Ensino Superior, das quais apenas 03 públicas. Em 2011, o número total de IES passou para 30, das quais 27 de natureza privada mercantil: 26 faculdades e 01 universidade. A expansão da educação superior via IES privadas mercantis para os municípios localizados no interior do estado é outro fenômeno confirmado pelos últimos dados. Do total de 27 IES desta natureza jurídica, mais da metade funcionam no interior, ou seja, 14, restando 13 em funcionamento na capital (BRASIL, 2011).

Em 10 anos, como demonstram os dados acima, mais que dobrou o número de IES no Maranhão, quase todas ligadas a grandes empresas do mercado educacional nacional e local, como, Estácio de Sá e Króton, este último, tornou-se se o maior grupo educacional privado do mundo, após recente incorporação da rede Anhanguera³. Diante de uma enorme demanda por educação, e no caso particular, de nível superior neste estado da federação, que registra altos índices de desigualdades e, em decorrência um dos maiores déficits educacionais do país – da creche à pós-graduação - a saída oferecida pelos governantes, mais uma vez se deu “pelas portas do fundo”. Uma educação de pior qualidade aos que mais precisam, àqueles que foram

³ O Grupo Kroton, dono da rede Pitágoras, comprou mais uma instituição de ensino superior no Estado. Trata-se da FAMA, que passou a denominar-se, Centro de Ensino Atenas Maranhense (CEAMA).

historicamente aliados de todos os direitos, inclusive o de acessar os bens culturais mais básicos, como a educação.

A UFMA permaneceu até o ano de 2005, como a única instituição de ensino superior a oferecer o Curso de Serviço Social no estado. No entanto, a formação profissional em Serviço Social no Maranhão, percorreu um longo caminho até alcançar o nível universitário, através da Escola Maranhense de Serviço Social.

Em 1961 a Escola Maranhense de Serviço Social passou à denominação de Faculdade de Serviço Social e integrou-se à Universidade Católica do Maranhão. No ano de 1966, no âmbito desta Universidade, entrou para o sistema federal de ensino universitário, por força da Lei nº 5.152, de 21.10.66, do governo Federal que instituiu a Fundação UFMA, cuja criação foi formalizada no ano seguinte, na data de 27/01/1967 (UFMA, sd). A incorporação da faculdade de Serviço Social à Fundação UFMA se confunde, pois com a própria criação desta instituição em 1966, que se constituiu da junção de várias faculdades isoladas. Algumas fundadas e mantidas pelo governo federal – como Direito, Farmácia e Odontologia e outras -- Ciências econômicas, Enfermagem, Filosofia, Ciências e letras, Medicina e Serviço Social - que pertenciam à Universidade Católica do Maranhão.

Dez anos após sua criação a UFMA passa por uma reestruturação, em razão da Reforma Universitária em vigor no país, e as Faculdades dão lugar aos Cursos e Departamentos. Cria-se então o Curso de Serviço Social, enquanto unidade pedagógica e o Departamento de Serviço Social, como unidade administrativa, respectivamente, dirigidos por um (a) coordenador (a) e chefe, como vigora até a presente data.

Tal como registrado em todo o país, a partir dos anos 2000 houve uma proliferação de Cursos de graduação em Serviço Social no Maranhão. Com base nas informações presentes no Sistema e-MEC e pelo mapeamento da educação à distância em Serviço Social no Brasil, realizado pelo conjunto CFESS/Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRESS), a partir do ano 2000 passaram a funcionar no estado, 14 novos cursos de graduação, 04 presenciais, e 10 na modalidade EAD.

Para corroborar com esses dados, entre janeiro a junho de 2009 foram registrados no CRESS 2ª. Região, 268 profissionais formados na modalidade EAD. Este número corresponde a

mais de 20% do total de assistentes sociais formadas e em atividade nos 60 anos de existência da profissão no estado (LAUANDE, 2012).

Na linha do tempo da formação acadêmica no Maranhão, atualmente existem 21 instituições de ensino superior cadastradas na base de dados do Sistema e-MEC (2001) que oferecem cursos de graduação em Serviço Social, todos oferecidos na

modalidade presencial, dos quais 01 em universidade pública, 01 em universidade privada e 19 em instituições de ensino superior privadas de diferentes categorias. Destaca-se ainda que o número total de profissionais ativos, inscritos no CRESS/Ma na data de 31/12/2020, correspondia a 6.470 de assistentes sociais. Entre os meses de janeiro de 2020 a março de 2021, período predominantemente marcado pela pandemia de Covid 19, enquanto o Curso de Serviço Social da UFMA formou 25 novas assistentes sociais, foram solicitados ao CRESS/MA, 1.262 novos pedidos de inscrição de profissionais formados nos demais Cursos oferecidos no estado.

Conforme o exposto, o ensino superior, nas particularidades do Serviço Social, sofre profunda alteração na sua oferta, apresentando-se promissor enquanto mercadoria a ser oferecida no mercado da educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino superior no Brasil, enquanto processo histórico insere-se na dinâmica política e econômica do capital. Com a crise dos anos 1970, conquistas protagonizadas pela Constituição Federal de 1988 não foram consolidadas, sendo destituídas por contrarreformas que afetam todos os setores, com profundos impactos na vida das classes trabalhadoras e populares. Dentre as medidas adotadas pelo Estado brasileiro para garantir o mercado privado, as voltadas à educação superior incidem de forma muito intensa na formação profissional de assistentes sociais tanto econômica quanto ideologicamente, pois se por um lado, os cursos de Serviço Social oferecidos pela rede privada constituem fonte de lucros, por outro, constituem estratégia ideológica de mediação na contraditória relação entre capital e trabalho.

Com configuração teórico metodológica que, em muito, negam as diretrizes das entidades representativas da categoria, que não reconhecem e/ou respeitam o projeto ético da

profissão, muitos destes Cursos se caracterizam pelo aligeiramento, a separação do tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo em geral, restritos ao ensino.

Considera-se, com o contexto imposto pela pandemia, o aprofundamento da questão da formação acadêmica em Serviço Social, a que foi imposto o Ensino Remoto Emergencial (ERE), resultante da pressão do mercado para fazer girar “a esteira da indústria educacional”, impulsionou o retorno às aulas, a partir da utilização de estratégias educacionais no modelo virtual. Com o ERE foi foram generalizadas formas ainda mais precarizadas de educação, que desconsideram a inclusão digital, e igualdade de acesso e que por isso mesmo não deve ser confundido com o Ensino na modalidade à Distância.

Ainda que análises já apontem sobre os impactos deste processo, questiona-se quais as incidências da política de Contrarreforma da Educação Superior na formação acadêmica em Serviço Social e no trabalho docente, a partir do contexto pandêmico? Quais as implicações da Pandemia Covid 19, no processo de formação acadêmica em Serviço Social nos Cursos presenciais no Maranhão, diante da redefinição do trabalho pedagógico na modalidade Ensino Remoto Emergencial e seus rebatimentos no trabalho e saúde docente? Quais os desafios e estratégias de enfrentamento estão sendo adotadas no âmbito das IES presenciais no estado para a realização do componente curricular estágio supervisionado, no contexto da pandemia?

Tais questões, obviamente, ficam como reflexões futuras.

REFERÊNCIAS

FARAGE, Eblin. O desmonte da educação pública superior: as marcas do projeto do capital e a ascensão da extrema direita no Brasil. IN: mesa temática Educação e cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro; **anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2.a ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979.

GUERRA, Yolanda. Trabalho e formação profissional: desafios e perspectivas atuais ao Serviço Social brasileiro IN: **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. (Orgs) Vera Gomes e Edna Juazeiro. EDFPI, 2020.

IAMAMOTTO, Marilda Vilella. Paulo, 2014. **A formação acadêmica – profissional no Serviço Social brasileiro**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 120, out/dez, São

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis Silva. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2.a ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2008.

UFMA. **Entre o passado e o futuro**: um caminho a percorrer. Uma publicação da Universidade Federal do Maranhão, sd.

